



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DO RIO DE JANEIRO**

Ata da 3ª Reunião da Comissão Permanente II Comad/Rio 2021/2023 - 7ª Investidura

Data: 06/08/2021.

Horário: 10:00 horas

Local: Av. Afonso Cavalcante 455 s/nº - sala 2 Subsolo do Cass (Sistema Híbrido – Plataforma Zoom)

Aos seis dias do mês de agosto do ano 2021 foi realizada a terceira reunião da Comissão Permanente II do Conselho Municipal Antidrogas -Assistencial Terapêutica-de forma Híbrida através do Aplicativo Zoom. Às dez horas, a Secretária Executiva Cristina Branco pediu para aguardar mais quinze minutos enquanto os outros Conselheiros estavam se conectando de forma virtual. Às dez horas e vinte minutos a Secretária Executiva, Cristina Branco, solicitou a representante da Comissão II, Sra. Gisele Aleluia para dar início a reunião. A reunião começou com a presença dos seguintes Conselheiros: Sr. Douglas Marques Correa – membro titular da Federação Estadual de Comunidades Terapêuticas; Sr. Leonardo Apicelo da Silva – membro suplente da Federação Estadual de Comunidades Terapêuticas; Sr. João Pena Nunes – membro titular da Associação Brasileira de Alcoolismo e Drogas – ABRAD, Sr. Marcos Quintanilha – membro suplente da Associação Brasileira de Alcoolismo e Drogas – ABRAD; Sra. Sabrina Presman – membro titular da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas; Sra. Clarisse Furtado de Oliveira – membro titular da Secretaria Municipal de Saúde; Sra. Gisele Aleluia – membro titular do Notório Conhecimento; Sr. Carlos Eduardo Pinto Magalhães – representante da Federação do Amor Exigente. A reunião contou com a presença de seis convidados da Secretaria Municipal da Saúde: Sr. Rogério – Diretor do CAPS AD Antônio Carlos Mussum; Gerente do CAPS AD Júlio César; Sra Simone Gerente do CAPS AD Mané Garrincha, Sra. Tatiana gerente do CAPS AD Raul Seixas; Sra. Fabiana Gerente do Consultório de Rua; e da Sra. Quésia, gerente do CAPS AD III Paulo Portela. E tivemos três convidados da FECOMTERJ: Sr. Alexandre Duque(da Comunidade Terapêutica Maranhá), Sra. Taiza Rocha da Silva-Assistente Social (Instituto Social Manassés e presta consultoria para outras comunidades) e a Sra. Cristiane (Centro De Amparo E Recuperação Aos Moradores De Rua E Dependentes Químicos). A reunião foi iniciada com a Presidente da Comissão II, Sra Gisele Aleluia, e a Secretária Executiva, Cristina Branco, agradecendo a parceria e articulação que a Secretaria da Saúde está estabelecendo com o COMAD, na pessoa da Conselheira Clarisse. Dando prosseguimento, o Conselheiro Douglas, apresentou o srº Alexandre Duque que é Conselheiro do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, Gerente Estadual na Secretaria estadual de Dependência Química, faz parte da frente Parlamentar na ALERJ que trata sobre Comunidades Terapêuticas e está há 24 (vinte e quatro) anos a frente da Instituição Maranhá que possui 16(dezesseis) comunidades terapêuticas em todo o país. O srº

Conselho Municipal Antidrogas do Rio de Janeiro

Alexandre Duque é Gestor Ambiental e especialista em Dependência Química. Após a apresentação, o Conselheiro Douglas passou a palavra ao Alexandre Duque que explanou sobre as Comunidades Terapêuticas. Iniciou apresentando o vídeo “Uma viagem ao Inferno Manicomial”, trazendo uma reflexão sobre a história das comunidades terapêuticas (CTs), lembrando que as mesmas iniciaram sua história na Europa, chegando ao Brasil na década de 60, e se espalhando concomitante ao aumento da Dependência Química no mundo. Explicou que as Cts tem como primazia o acolhimento e permanência voluntária, onde o tratamento tem foco no usuário e sua família, a partir de um Programa Terapêutico, que se desenvolve a partir do PAS (Plano de Acolhimento Individual), onde as necessidades do acolhido são observadas e tratadas. Enfatizou ainda, que nas Cts, os medicamentos só são autorizados a partir de receitas médicas atualizadas e que é de responsabilidade do Técnico responsável da CT administrar os mesmos. Para tanto, reforçou na sua fala, a necessidade de uma parceria constante da rede de saúde, para que os acolhidos estejam em acompanhamento a partir das suas necessidades. Ainda, foi verbalizada a parceria com a Assistência Social, trazendo a importância do diálogo junto aos seus equipamentos, a fim de garantir aos acolhidos nas Cts seus direitos: documentação, inscrição no cadastro único... Outro ponto apresentado, foi o trabalho realizado de reinserção sociofamiliar, o sr.º Alexandre Duque afirmou que as Cts em seu programa terapêutico tem o objetivo de buscar a reinserção dos acolhidos, e que por isso a família é convidada a participar de forma ativa, durante o período de tratamento, que varia entre 04(quatro) e 12(doze) meses. Contudo, essa reinserção social é complexa e apresenta diversas dificuldades e uma delas é o fator violência, pois muitos acolhidos têm na sua história de vida, não só o uso de drogas, mas também apresentam envolvimento com o tráfico, com ações de furto... e que isso acaba muitas vezes por impedir que ele retorne ao seu local de origem. Desta forma, muitas vezes a Comunidade Terapêutica realiza a reinserção social, desbravando com o residente novas possibilidades de projeto de vida. A VEP(Vara de Execução Penal) é outro parceiro que as Cts precisam estar em constante articulação, pois às vezes o acolhido solicita atendimento, mas possui penas a serem cumpridas. E desta forma, há a necessidade de averiguação e estudo de caso, a fim de viabilizar ou não junto ao Juiz a permanência do acolhido na comunidade terapêutica, sendo que algumas vezes o acolhimento é visto como pena alternativa. Porém, Alexandre Duque deixou claro que as Cts não são espaços de esconderijo e que a parceria junto a justiça deve ser fortalecida a partir do veredito judicial. Durante a apresentação, Alexandre Duque traz como grandes marcos legais regulatórios das Comunidades Terapêuticas a RDC 29 de 2011 da ANVISA e a Resolução 01/2015 do CONAD (Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas). A partir dessas legislações as Cts passaram a fazer parte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPs), elas passaram a ser regulamentadas, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, fazendo com que o poder público se implicasse nesse processo. E a entrada do poder público trouxe para as comunidades terapêuticas grandes desafios que as impulsionaram a melhorar seus serviços: contratação de profissionais, obrigatoriedade de CNPJ específico, licença da vigilância Sanitária... aumentando sensivelmente a fiscalização sobre essas instituições que passaram a ter mais visibilidade no Ministério Público inclusive. Porém, Alexandre Duque diz que no Rio de Janeiro, as comunidades terapêuticas ainda ressentem de pré julgamentos e de certo afastamento do poder público. Cita que no Ceará, Minas Gerais e São Paulo, por exemplo, com o Programa Recomeço, há mais incentivos da Política Pública não só financeiro, mas de capacitação. Alexandre Duque mostra a necessidade do nosso município acompanhar mais de perto as comunidades, as orientando, capacitando, fiscalizando, a fim de que essas possam melhorar os serviços prestados. Finalizada a apresentação, a Presidente da Comissão II, abriu espaço para colocações e perguntas. Iniciando, a Secretária

Conselho Municipal Antidrogas do Rio de Janeiro

Executiva do Conselho, Sra. Cristina Branco, agradeceu ao srº Alexandre Duque sua apresentação e traz como reflexão o espaço do COMAD como este espaço propício ao estreitamento junto ao poder público, mostrando a importância do Conselho para a discussão de ideias e proposições de ações. Essas colocações foram reforçadas pelos Conselheiros Douglas e Gisele. A Conselheira Clarisse trouxe uma questão sobre a necessidade de ampliarmos e fortalecermos a discussão sobre a comunidade Terapêutica e as unidades de saúde, serem espaços que dialogam entre si, mas que possuem propostas e objetivos diferenciados. Isto é, são instituições que coexistem dentro da política pública, com percepções e metodologias diferenciadas. A Conselheira Gisele reforça esta ideia, colocando que há indicações diferentes para que os usuários de drogas acessem um serviço ou outro, mostrando que no tratamento há demandas diferenciadas para sujeitos que tem necessidades também diferenciadas. O Conselheiro Douglas afirma, que há 4(quatro anos) está no Rio de Janeiro participando desta discussão, e há 21(vinte e um) anos no Brasil, mas que é a primeira vez que ele está encontrando este espaço de diálogo aberto. E propõe que seja levado para a ordinária, que na pauta de setembro, esteja a apresentação da Saúde e depois das Comunidades Terapêuticas, tamanha a riqueza das discussões que a Comissão II está proporcionando. Os participantes da Comissão concordaram com a proposta, entendendo a importância dos momentos de capacitação que estão ocorrendo nas nossas ordinárias. O Conselheiro Carlos Eduardo trouxe a questão sobre a necessidade não só das comunidades terapêuticas e a saúde dialogarem seus papéis, como também os grupos de autoajuda que ele representa, pois muitas vezes os grupos são confundidos como espaços de saúde, local onde as pessoas buscam terapia, internação, assim ele reforça a necessidade de ampliarmos o diálogo com todos os entes que trabalham com a Dependência Química, e aponta a necessidade dessa discussão sobressaltar a Comissão II, para alcançar todos os participantes do COMAD. Continuando, a Presidente da Comissão Gisele, propôs que nossa próxima reunião tenha como tema: capacitação. Isto é, ela trouxe a fala do Alexandre Duque, para reforçar a proposta da Comissão II se debruçar na necessidade de capacitações constantes para as comunidades terapêuticas e outros atores no cenário da dependência química, e convidou a todos participantes a pensarem em temas, programas de capacitação. As ideias deverão ser encaminhadas para o e-mail do COMAD, até 22 de agosto, a fim da Secretaria-Executiva organizar as propostas, para que na próxima reunião da comissão em 10/09, os conselheiros possam formular um programa de capacitação. A proposta de pauta para a próxima reunião foi aceita por todos os presentes. Dando prosseguimento, a Presidente passou para a aprovação da Ata da reunião passada, e a aprovação se deu por unanimidade pelos presentes. A secretária Executiva solicitou a palavra e agradeceu a participação da Conselheira Sabrina Presman na Live de Abertura da Campanha Municipal “Você no Controle, viva uma vida sem Drogas”; agradeceu o apoio dos conselheiros na Ação de Sensibilização vinculada à campanha que ocorreu no dia 31 de julho no Barra Shopping; e avisou sobre a segunda live do Webenário que será realizada no dia 13 de agosto com a participação da Conselheira Gisele Aleluia, discutindo o seguinte tema: “Mitos e Verdades”. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente da Comissão, encerrou a reunião, agradecendo a Secretária Executiva e a participação de todos.

Gisele Aleluia
Presidente da Comissão II

Cristina Branco
Secretária Executiva